

Autogestão em Empreendimentos Econômicos Solidários: Um Estudo Comparativo de Casos em Cooperativas de Reciclagem de Lixo de Maringá- PR

Autoria: Bianca Burdini Mazzei, João Marcelo Crubellate

Resumo

O objetivo deste estudo foi investigar como se justificam, historicamente, as principais diferenças em características autogestionárias de dois Empreendimentos Econômicos Solidários de coleta seletiva do lixo, na cidade de Maringá-PR. Metodologicamente, a pesquisa se caracteriza como estudo comparativo de casos, com levantamento de dados em duas fases: a primeira por meio de questionário estruturado aplicado a participantes das cooperativas estudadas (14 na primeira cooperativa e 6 na segunda, num total de 19 participantes e 6, respectivamente). O questionário utilizou modelo de indicadores de autogestão proposto pela Associação dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão – ANTEAG (2005). A segunda fase consistiu de entrevistas baseadas na técnica de história oral, com integrantes das cooperativas. As principais diferenças identificadas nas características autogestionárias foram: participação dos cooperados, transparência, atividades sociais e constituição do quadro social. Essas diferenças puderam ser explicadas por dois fatores principais: características de liderança e educação escolar dos cooperados. Concluímos que aspectos da história individual podem ser importantes elementos explicativos do modelo de autogestão em organizações, principalmente organizações de economia solidária.

1 Introdução

O despertar da Economia Solidária se deu como alternativa frente à crescente crise do desemprego e da exclusão social. Apesar de suas raízes históricas já encontradas na Idade Média, foi o crescimento do desemprego e da pobreza na Europa na década de 80 que impulsionou o surgimento de novas empresas sociais (MOTCHANE, 2003) como instrumentos de luta contra a exclusão e de busca por respostas frente à carência parcial do poder público e do recuo do Estado-Providencial. Na América Latina, segundo França Filho (2006), foram as diferentes formas de organização coletivas formadas por grupos populares das grandes cidades que impulsionaram a formação da economia solidária.

As organizações formadas a partir dessa nova situação social e econômica dentro do fenômeno da economia solidária são frequentemente chamadas de empreendimentos econômicos solidários e possuem como características os fortes laços solidários em que se baseiam, a busca da autogestão e a promoção do desenvolvimento humano e local. O desenvolvimento humano é idealizado na prática do modelo de autogestão, no qual o indivíduo atua como sujeito em decisões referentes ao empreendimento econômico solidário em que se encontra. Tal participação resulta em resgate de cidadania, através da qual o indivíduo passa a ser sujeito atuante, autônomo, crítico e reflexivo. Como diz França Filho (2004 p. 16), “trata-se de uma espécie de política cotidiana, quando indivíduos decidem exercer cidadania, participando de coletivos concretos que atacam problemas públicos através da elaboração de atividades econômicas”. No entanto, apesar da autogestão ser amplamente incentivada pela literatura (FRANÇA FILHO, 2003, 2004; GAIGER, 2003a; GUTIERREZ, 2003; MOTCHANE, 2003; SINGER, 2002, 2003a, 2003b), sua concretização enfrenta grandes desafios, também evidenciados por aqueles autores.

Independentemente de qualquer questionamento em sua forma de gestão, faz-se necessário ressaltar a importância dos empreendimentos econômicos solidários na busca por alternativas aos problemas de desemprego e exclusão social. Estes empreendimentos têm apresentado grandes avanços quando se refere a exemplos de sucesso, como por exemplo os projetos de economia popular e solidária que têm vocação para a transformação institucional, mesmo que limitados a um plano de desenvolvimento local ou até micro local.

Assim a pergunta orientadora desse estudo foi: 'Como se justificam, historicamente, as principais diferenças nas características autogestionárias de dois Empreendimentos Econômicos Solidários, relacionados à coleta seletiva do lixo, na cidade de Maringá – PR'?

2 Fundamentação teórico-empírica

2.1 Capitalismo e globalização

A influência do capitalismo como modelo econômico dominante se faz presente em tudo o que fazemos e no modo que vivemos. Singer (2002, p. 7) destaca que “o capitalismo se tornou dominante a tanto tempo que tendemos a tomá-lo como normal ou natural”. Marcas centrais do capitalismo são competição econômica e busca por eficiência e baixo custo, que resultam geralmente em exclusão, uma vez que quem não se encaixa no modelo fica à mercê de um mercado precário e informal, permanecendo marginalizado socialmente e sem condições de subsistência digna. O grande sinal de desequilíbrio do mercado está em acreditar em sua auto-regulação, como argumenta Polanyi (2000, p. 18), quando diz que “a idéia de um mercado auto-regulável implica uma remota utopia”. Para o autor, “uma tal instituição não poderia existir em qualquer tempo sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade” (POLANYI, 2000, p.18). Ou seja, é a crença cega na auto-regulação do mercado que provoca desequilíbrio e deixa um rastro de exclusão social.

Exclusão é definida por Dupas (2000) como situação daqueles que se encontram abaixo da linha da pobreza. Ele define pobreza como “dificuldade de acesso real aos bens e serviços mínimos adequados a uma sobrevivência digna” (DUPAS, 2000, p.34). Tal acesso, na sociedade contemporânea, é avaliado conforme duas vertentes principais: a renda disponível, normalmente fruto do trabalho, e as oportunidades abertas pela amplitude dos programas públicos de bem-estar social. Esta noção de exclusão é fundamental para este estudo, referindo-se portanto àqueles que se encontram fora do mercado formal de trabalho e desassistidos por programas sociais do governo e, por isso, não possuem condições sociais básicas, como acesso à documentação básica, à educação, à renda mínima, ao crédito, etc. Essa exclusão social vem se mostrando cada vez mais crescente em função da competitividade capitalista. Para Singer (2002) a competição faz com que o melhor vença, vendendo mais, lucrando mais e, conseqüentemente, crescendo mais, enquanto os que menos vendem têm prejuízo e acabam por fechar. Dessa forma, na economia capitalista, os ganhadores acumulam vantagens, enquanto os perdedores acumulam desvantagens. Isso explica a desigualdade crescente.

Já a globalização requer grandes governos, que garantam apoio social à população excluída, mas como a maioria dos governos se vê insuficiente na manutenção desse equilíbrio social, outras alternativas passam a serem pensadas. Surge, então, a necessidade da participação da sociedade, do poder público, de organizações com fins lucrativos ou não, na busca por alternativas de geração de trabalho, renda e inserção social. Para Santos (2003) os movimentos que promoverão essa mudança provirão de baixo para cima, tendo como principais atores os países subdesenvolvidos e as massas de indivíduos excluídos de um mercado formal. É o que ele chama de contraglobalização. Para Dupas (2000) a solução está na elaboração de uma nova dinâmica econômica e social, promovendo espaço para uma nova linha de ação que interesse aos trabalhadores flexíveis; na criação de novas estruturas institucionais e na busca por soluções locais que se baseiem na solidariedade com métodos de ações flexíveis, porém estáveis, abandonando a idéia apenas do trabalho formal. Singer (2002) concorda com Dupas quanto à valorização dos movimentos populares e ao reforço da noção de economia solidária, em vez de competitiva.

Essas relações de solidariedade são descritas por Polanyi (2000), para quem a garantia da ordem social na produção exige o resgate do princípio da solidariedade. Para o mesmo autor é essa dinâmica entre produção e solidariedade resalta o tradicional prestígio social, que

garante a manutenção de equilíbrio, pois “os atos de troca gratuitos cuja reciprocidade é aguardada, embora não necessariamente pelos mesmos indivíduos” (POLANYI, 2000, p.66) fazem com que os grupos se tornem unidos por obrigações mútuas, sem necessariamente se basear na busca pelo lucro. É a partir dessa discussão que a economia solidária se apresenta como outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual, onde o capital tem que estar em função do trabalho e seus empreendimentos são geridos pelo modelo de autogestão, onde todos participam do processo decisório, fortalecendo os laços de solidariedade na busca da geração de renda e inserção social.

2.2 Economia solidária e seus empreendimentos econômicos solidários

O fenômeno da economia solidária vem ganhando força frente à crise do desemprego e exclusão social. Na América Latina, segundo França Filho (2002), a economia solidária encontra raízes nas diversas iniciativas de organizações econômicas populares, onde representam de certa forma “um prolongamento das solidariedades ordinárias (isto é, aquelas que se praticam no cotidiano mesmo da vida, no interior dos grupos primários)”. Um exemplo é o mutirão: “um sistema de auto-organização popular e comunitária para a realização e concretização de projetos que consiste em associar o conjunto dos membros de uma comunidade na execução dos seus próprios projetos coletivos”. Esse esforço encontra no “tecido social local ou comunitário, nas práticas de reciprocidade, os meios necessários para a criação de atividades” (FRANÇA FILHO, 2002, p. 16). Conforme o Atlas (2006), a Economia Solidária no Brasil é formada por: Entidades de apoio e fomento: Ongs (FASE, IBASE, PACs, IMS), Cáritas e Pastorais, Universidades e incubadoras, Movimentos Sindicais (ADS/CUT); Instâncias governamentais: Governo federal, governos municipais e estaduais, Ministério do Trabalho e Emprego/ SENAES; Empreendimentos econômicos solidários: Organizações de finanças solidárias, empresas autogeridas, cooperativismo popular, redes de empreendimentos, associações, clubes de trocas, grupos; Ligas ou uniões: COCRAB/MST, ANCOSOL, UNICAFES, UNISOL, ANTEAG; Fóruns brasileiros de economia solidária: Redes de gestores públicos, FACES do Brasil, FBES Fóruns Estaduais, Rede de Socioeconomia Solidária.

Para Singer (2002 p. 10), a economia solidária implica em um “outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”. A aplicação desses princípios une todos os que produzem em uma única classe de trabalhadores, que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica, obtendo como resultado natural desse modelo de economia a solidariedade e a igualdade. Segundo Santos e Rodrigues (2005), essas novas formas de organizações econômicas baseadas em igualdade e solidariedade surgem como potencial emancipatório e têm sido formuladas e praticadas em todo o mundo. Para eles, essas ações concretas e a forma de pensamento a elas subjacente “põem em causa a separação entre realidade e utopia e formulam alternativas que são suficientemente utópicas para implicarem um desafio ao *status quo*, e suficientemente reais para não serem facilmente descartadas por serem inviáveis (WRIGHT, 1998 apud SANTOS; RODRIGUES, 2005, p. 25). As organizações que surgem nesse contexto de economia solidária são denominadas de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), descritas por Gaiger (2003a, p. 135) como:

empreendimentos que compreendem as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação dos trabalhadores, com base em princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade. Aglutinando indivíduos excluídos do mercado de trabalho, ou movidos pela força de suas convicções, a procura de alternativas coletivas de sobrevivência, os empreendimentos econômicos solidários desenvolvem

atividades nos setores da produção ou da prestação de serviços, da comercialização e do crédito.

São empreendimentos possuem duas dimensões: econômica e social. Econômica no sentido de que seu principal objetivo é prover economicamente seus sócios, gerando trabalho e renda, mas não a maximização do lucro. Ou seja, nesses casos o capital aparece em função do trabalho e não o trabalho em função do capital, como em organizações capitalistas convencionais. E social no sentido de que as preocupações desses empreendimentos vão além do seu ambiente de trabalho, buscando a melhoria da qualidade de vida de seus associados através da educação, saúde e inserção social. São os empreendimentos econômicos solidários que vêm mostrando-se como alternativas na geração de trabalho e renda e, conseqüentemente, uma alternativa na busca pelo desenvolvimento local, uma vez que trabalham com as potencialidades locais, transformando-se, portanto, numa busca necessária a toda sociedade. Para Santos (2005, p. 57), a economia solidária aparece como pluralidade de ações locais, que envolve articulação de toda sociedade em favor da “transformação gradual da produção e da sociabilidade para formas mais igualitárias, solidárias e sustentáveis”. Essa é uma mudança que ocorre de baixo para cima, com movimentos de ações locais que precisam se organizar em redes de apoio e acaba por levar a transformações da sociedade como um todo.

2.2.1 Origem e conceitos

A economia solidária tem raízes já na Idade Média, com as guildas e confrarias (que se constituíam associações de solidariedade entre trabalhadores) por volta do século XIII. No entanto, os filósofos iluministas consideravam esses movimentos coletivos como entraves à liberdade individual e a Revolução Francesa rejeitaria toda forma intermediária entre indivíduo e nação. Em 1791, a lei Le Chapelier proibiu qualquer agrupamento voluntário de base profissional. Somente em 1884, é que Waldeck Rousseau conseguiu a concessão à liberdade de constituírem os sindicatos profissionais. Em 1898, surgiu a lei que funda a mutualidade e, em 1901, outra lei autorizou a liberdade de associação (MOTCHANE, 2003).

Após a Revolução Francesa, que se encerrou em 1815, os movimentos cooperativos começam a ser difundidos por Owen, Fourier e, posteriormente, pelos pioneiros de Rochdale, entre outros. Surgiu como alternativa aos maus tratos e exploração dos trabalhadores e como forma de aumento da produtividade, depois se transformou em movimentos de luta da classe trabalhadora em busca de seus direitos. Assim, entre as décadas de 1940 e 1970, com a expansão dos direitos dos trabalhadores e com o aumento de empregos, fruto da industrialização, esses movimentos tiveram uma grande transformação, pois passaram a defender os direitos conquistados, ao invés de lutar contra o assalariamento e a busca de uma alternativa emancipatória. Por volta de 1985, com a crise dos estados socialistas e o semifracasso dos governos e partidos social democratas, em sintonia com outras transformações contextuais, é que o capitalismo ganhou sua força e com ele as diferenças e competições próprias ao sistema, dando nova força à economia solidária como alternativa ao desequilíbrio da competição (SINGER, 2002).

No Brasil, a economia solidária começou a ressurgir na década de 1980, mas somente na segunda metade dos anos 90 é que tomou impulso crescente. “Ela resulta de movimentos sociais que reagem à crise do desemprego em massa, que tem seu início em 1981, e se agrava com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990” (SINGER, 2003b, p. 25). Em 1991, com apoio de assessores sindicais, os operários conseguem tomar posse de uma massa falida, retomando as atividades da fábrica e garantindo, assim, seus empregos, e três anos depois diversas empresas autogestionárias com esta origem fundam a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária (ANTEAG). O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que se empenha na organização de moradores do campo, tem buscado durante os últimos 15 anos a viabilização

econômica de assentamentos, através da organização de cooperativas, que contam com uma escola de formação de técnicos em cooperativismo (SINGER, 2003b).

Entre os anos de 1992 e 1994, o movimento da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida mobilizou milhões de pessoas, e nos anos seguintes favoreceu o surgimento das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), que pertencem às universidades e se dedicam à organização da população mais pobre em cooperativas de produção ou de trabalho e oferecem apoio em importantes questões como administrativas, jurídico-legal, ideológico e político. Essas incubadoras constituem uma rede envolvendo 14 universidades brasileiras que estavam, na época, integradas à Unitrabalho (Fundação Universitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho), uma fundação voltada ao movimento operário, que tem mais de 80 universidades filiadas (SINGER, 2003b). Hoje, tanto as ITCPs quanto a Unitrabalho continuam fazendo seu trabalho de incubação, apoio e fomento aos empreendimentos econômicos solidários, mas com metodologias diferenciadas, próprias a cada uma das redes, fazendo seu trabalho separadamente.

Para Silveira (2000) e para Coraggio (2002), mesmo quando as experiências locais de desenvolvimento fracassam em alguns pontos, elas contribuem para despertar na população consciência política e social, tornando-a mais questionadora de sua realidade, contribuindo para formação de representantes autônomos dos interesses da maioria e favorecendo a democracia. Singer (2003a) reforça essa idéia quando diz que há diversos relatos e estudos de casos que demonstram a enorme dedicação e disposição de suportar sacrifícios por parte dos trabalhadores dos empreendimentos de economia solidária, com objetivo de gerar trabalho e renda e que, inclusive, é esse engajamento e entusiasmo que justificam a sobrevivência e até o crescimento de alguns desses empreendimentos geridos por pessoas sem experiência. O autor destaca que esse empenho não fica sem recompensa, uma vez que essas pessoas que se encontram, na maioria das vezes, estigmatizadas por serem pobres e sobretudo por serem mulheres e negros, encontram, ao participar dessa experiência em um empreendimento de autogestão, pela primeira vez em suas vidas, o gozo de direitos iguais para todos, o prazer de poderem exprimir-se livremente e o resgate da cidadania.

2.2.2 Os empreendimentos econômicos solidários e o cooperativismo

Empreendimentos econômicos solidários constituem organizações com fins econômicos (gerar renda aos acionistas) e sociais (reinserção ao mercado de trabalho e desenvolvimento social). Aparecem como alternativas, principalmente no combate ao desemprego, mas também como mecanismos de apoio ao desenvolvimento humano e local. Suas principais características são: o modelo de gestão (autogestão) e os valores de cooperação e solidariedade. A cooperação tem merecido destaque para alguns autores, como Jesus e Tiriba (2003), que destacam a tendência ao coletivismo. É como se o movimento do individualismo se invertesse e se esgotasse, uma vez que as formas individuais estão sendo superadas pelo trabalho em conjunto. Para os autores, no contexto do trabalho, a cooperação se caracteriza pela fusão de muitas forças numa força social comum, que produz um resultado maior do que o resultado da força individual dos trabalhadores isolados. Dessa forma, a cooperação acaba por fortalecer aqueles que não conseguem, sozinhos, ter acesso à renda e à inclusão social. Assim, esses empreendimentos econômicos solidários apresentam-se sob a forma de associações, cooperativas e empresas autogestionárias e atuam em várias áreas, desenvolvendo atividades como produção, prestação de serviços, comercialização e crédito.

Vale também ressaltar a questão do gênero no cooperativismo popular. Conforme Heckert et al. (2003), da mesma forma que as relações do gênero têm influenciado a esfera privada, têm também se manifestado no mercado de trabalho. Nas ocupações produtivas, a entrada da mulher continua associada ao setor terciário e doméstico, tendo como características de algumas atividades a destinação ao trabalho feminino, como serviços de limpeza, entre outros.

No entanto, é interessante que alguns estudos apontam que, ao escolherem suas profissões, as mulheres se prendem mais à utilidade social da carreira, e os homens as escolhem mais como forma de encarar a subsistência e como forma de ascensão social. Essa identificação com seu papel social faz com que as mulheres valorizem mais as relações humanas e, por isso, identifiquem-se tanto com o ideal cooperativo e solidário.

Este artigo dá ênfase ao cooperativismo e ao ramo de serviços de coleta e reciclagem de materiais, uma vez que os empreendimentos selecionados para o estudo atuam nesse seguimento e são cooperativas. Segundo Schmidt e Perius (2003, p. 63), “cooperativas são associações autônomas de pessoas que se unem voluntariamente e constituem uma empresa de propriedade comum, para satisfazer aspirações econômicas, sociais e culturais”. Baseiam-se em valores que provocam motivações profundas no modo de agir cooperativo, como: ajuda mútua, solidariedade, democracia, participação e autonomia.

O cooperativismo teve sua origem na Europa, durante os movimentos sociais que surgiram para amenizar as conseqüências sociais da Revolução Industrial. Teve como pressupostos básicos a solidariedade, a equidade, o trabalho em grupo e a liberdade, e seus principais idealizadores foram Owen, Fourier, Buchez e Blanc (BERNARDO-ROCHA, 1999). Ainda de acordo com a autora, foram, sobretudo, as idéias de Owen e Fourier que deram origem ao movimento cooperativista. O movimento surgiu num momento em que a cooperação parecia ser uma alternativa à restauração das injustiças sociais decorrentes do liberalismo econômico, através de uma nova moral baseada na busca da justiça, na razão e na união das pessoas, favorecendo o agir coletivo.

Podemos situar o surgimento efetivo do movimento cooperativista no Brasil em 1847, com a fundação da Colônia Tereza Cristina, organizada em bases cooperativas, nos sertões do Paraná, pelo médico francês Jean Maurice Faivre (adepto das idéias de Fourier), com um grupo de europeus. Outras experiências também surgiram na mesma época, em Santa Catarina, mas somente em 1891 é que surgiu a primeira cooperativa, em Limeira-SP: a Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica. A partir daí, o cooperativismo se desenvolveu através de vários ramos de atuação, como: cooperativismo agropecuário, cooperativismo de eletrificação rural, crédito rural, cooperativismo de consumo, cooperativismo de crédito urbano, cooperativismo habitacional, de trabalho, de saúde, etc (SCHMIDT; PERIUS, 2003). De acordo com os mesmos autores, a Lei 5.764/71 foi a primeira a reger o sistema cooperativo no país, determinando que cada cooperativa deva ser constituída de, no mínimo, 20 (vinte) pessoas físicas, sendo os sócios - tanto profissionais liberais como de outras profissões - os verdadeiros donos e também os responsáveis pela tomada de decisões da cooperativa. E somente em 1988, a partir da Constituição Federal, que as cooperativas ganharam maior autonomia e um regime tributário adequado. Hoje, essa legislação vem sendo estudada para melhor atender as necessidades cooperativas, principalmente no que diz respeito às diferenças entre grandes cooperativas que funcionam como empresas hierárquicas e as cooperativas de economia solidária.

2.3 Autogestão – a gestão democrática

A autogestão pode ser encontrada como forma de organização produtiva em diferentes momentos históricos: “nos falanstérios, nas experiências da Comuna de Paris, nos sovietes da Revolução Russa, nas propostas anarquistas e como proposta de gestão e organização para diferentes espaços econômicos agrícolas e urbanos” (ALBUQUERQUE, 2003, p. 20). Segundo Motta (1981), Proudhon pode ser considerado o pai da autogestão. Apesar dele nunca ter empregado esse termo, que é recente, ele empregou o seu conteúdo. Foi Proudhon que deu, pela primeira vez, significado a um conjunto social de grupos autônomos, associados tanto nas funções econômicas de produção, quanto nas funções políticas. “A sociedade autogestionária em Proudhon é a sociedade organicamente autônoma, constituída de um feixe

de autonomies de grupos se auto-administrando, cuja vida exige a coordenação, mas não a hierarquização” (MOTTA, 1981, p. 133), uma vez que as leis sociais nascem do trabalho e do desenvolvimento da própria sociedade produtiva com suas leis. Além de Proudhon, outros pensadores merecem ser destacados quando falamos em idéias participativas e autogestionárias, como: Robert Owen, Charles Fourier e Louis Blanc. Também existiram experiências autogestionárias como forma de governo em alguns países, como: a Alemanha (1936 a 1939) (TRAGTENBERG, 1987), a Polônia (1980 e 1981) (PEREIRA, 1987), França, Itália, Noruega e Suécia (VENOSA, 1987). No entanto, neste trabalho, limitar-nos-emos a explorar a autogestão como forma de gestão de organizações e não de governos, mais precisamente de empreendimentos econômicos solidários.

Atualmente, a autogestão aparece como conceito impreciso. Conforme Albuquerque (2003), com a globalização das técnicas administrativas, na maioria das vezes o termo aparece associado a processos produtivos, que têm por objetivo promover ou ampliar a integração fabril, apenas como método ou técnica administrativa, não como real participação. Ou ainda como fenômeno político na escolha de dirigentes, em uma perspectiva normativa e estatutária, mais uma vez negando a real participação e propiciando uma subordinação político-cultural. Dessa forma, é preciso pensar a autogestão como nova forma de gestão autônoma do conjunto social que remete a novas formas de organização, não só da economia, mas também da educação e da política global, sendo aplicado como um sistema de organização das atividades econômicas e sociais, resgatando sua essência social da luta operária pela repartição do poder e mantendo sua referência às empresas autogeridas, que surgem como uma nova organização produtiva e geradora de renda a trabalhadores excluídos do mercado convencional.

Segundo Souza (2003), a autogestão, sob a perspectiva da economia solidária, é um processo educativo, transformador de mentalidades, que resgata outros ganhos além do econômico em si, como auto-estima, identificação com o trabalho e com o grupo produtivo, companheirismo, além da noção crescente de autonomia e dos direitos cidadãos. É modelo que busca prover a todos sem explorar o trabalho de seus membros, necessitando, para tanto, a participação e o envolvimento de todos nas decisões necessárias ao empreendimento e dividindo os resultados desse trabalho de forma justa entre seus sócios (ANTEAG, 2005).

Para Singer (2002), essa participação efetiva de todos proporciona esforço adicional que leva a ótimos resultados, uma vez que todos passam a assumir o compromisso e responsabilidade com o todo, gerando efeitos, como: mais qualidade no processo produtivo, redução de defeitos, melhor atendimento aos prazos e objetivos do grupo. A isso o autor chama de cooperação inteligente, visto que tudo na organização passa a ser interesse de todos, reduzindo a carga alienante que a heterogestão proporciona com suas divisões hierárquicas de poder e submissão da classe operária. E essa transformação do indivíduo omisso para o atuante dentro da organização acaba por promover uma modificação no comportamento social deste, uma vez que, muitas vezes, ele passa a ser atuante também fora da organização, em movimentos sociais e políticos, onde antes se considerava também excluído.

Albuquerque (2003) fala de aspectos positivos e negativos da autogestão. Para o autor, são aspectos positivos a ampliação na capacidade produtiva dos trabalhadores levada pela participação democrática; a conservação da experiência profissional em função da redução da rotatividade dos trabalhadores; maior comprometimento do trabalhador, e maior cuidado com a qualidade da produção, melhoria na comunicação interna; capacidade de flexibilidade em horários e condições de trabalho, que propiciam a criatividade e inovação, dentre outras. Já os principais aspectos negativos são o aumento no capital humano, mas redução na capacidade produtiva, já que os trabalhadores também passam a participar da gestão; o fato de que estímulos materiais ou os de participação podem abrir a possibilidade de política de emulação e manipulação; dificuldade na medição da produtividade individual, em virtude do trabalho em equipe; e o fato de que espaços produtivos autogestionários criam ambientes de incerteza

Além desses pontos negativos apresentados pelo autor, muitas são as dificuldades encontradas na efetivação da autogestão. Um dos mais citados pela literatura é a necessidade de formação própria para isso, uma vez que a autogestão necessita de uma nova maneira de pensar e de agir coletivo e solidário. E esse ponto se complica, uma vez que a maioria dos empreendimentos econômicos solidários é formada por pessoas excluídas do mercado de trabalho e, portanto, sem qualificação suficiente para gestão. A maioria, inclusive, sem formação básica escolar. Singer (2002) ressalta essa dificuldade quando fala que, à primeira vista, os trabalhadores só se inserem nesses empreendimentos autogestionários por falta de opção, porque se encontram excluídos de outra forma de renda.

Dessa forma, faz-se importante a participação dos organismos fomentadores da economia solidária e da autogestão, uma vez que seus empreendimentos trabalham com essa perspectiva de gestão. São essas organizações fomentadoras já citadas anteriormente que proporcionarão a formação devida para a autogestão, uma formação envolvendo seus valores e técnicas de gestão específicas, dos quais, na maioria das vezes, esses trabalhadores não possuem conhecimentos. Também é necessária uma formação crítica do sujeito, uma vez que todos participarão dos processos decisórios necessários para a organização. É preciso despertar a autonomia e a coletividade (ANTEAG, 2005).

A grande carga de formação para a heterogestão que recebemos ao longo de nossas vidas, também implica numa grande dificuldade para a efetivação da autogestão. Como relata Holzmann (2003), quando retrata a experiência de duas cooperativas formadas pelos trabalhadores da Metalúrgica Wallig, nos anos 80, na cidade de Porto Alegre, onde a relação de mandar e obedecer aparece tão intrínseca à mente do trabalhador, que este encontra dificuldades em participar efetivamente da gestão do seu próprio negócio cooperativo, muitas vezes optando por estar presente às reuniões e assembleias, mas limitando-se a apenas ouvir e não a participar dos debates, atribuindo essa ausência participativa, quase sempre, à característica de personalidade (timidez) e ao medo de reprovação da maioria pelo reconhecimento que falavam errado, e também pela crença em um discurso incompetente, em função da falta de formação escolar. A Anteag (2005) também destaca a necessidade do desenvolvimento de técnicas de gestão que respeite as peculiaridades dessas organizações autogeridas, já que a maioria dos instrumentos e técnicas de gestão são desenvolvidos para empresas capitalistas e sob o regime da heterogestão. Assim o principal desafio despertado por Gaiger (2003b), é o que ele chama de encontrar “o caminho das pedras”, de maneira a assegurar sua viabilidade econômica, garantindo êxito e sustentabilidade e, ao mesmo tempo, fortalecer seu caráter cooperativo, igualitário e democrático.

Da mesma forma, os empreendimentos econômicos solidários encontram grandes dificuldades quando precisam contratar consultorias (contábil, jurídica, entre outras), pois na maioria das vezes essas não se encontram preparadas para as peculiaridades autogestionárias, precisando, portanto, de uma formação também voltada para essas empresas prestadoras de serviços de consultorias (ANTEAG, 2005). A Anteag (2005) chama a atenção ainda para a profissionalização e eficiência necessária a essas organizações autogestionárias, pois o valor social agregado, que é tão importante na economia solidária, passa a não ser suficiente em uma economia capitalista, na qual esses empreendimentos estão inseridos.

Outra importante dificuldade que precisa ser destacada é a carência de legislação e políticas públicas específicas a empreendimentos econômicos solidários, que trabalham com perspectivas autogestionárias. Nossa legislação também precisa atender as peculiaridades dessa nova forma de organização, favorecendo, assim, os grandes benefícios que ela tem mostrado (VERARDO, 2003). Há, com certeza, necessidade de maior comprometimento do nosso poder público, na elaboração de políticas efetivas, superando essa característica cultural paternalista e assistencialista que temos presenciado. É preciso combater as políticas eleitoreiras e buscar a criação de políticas públicas efetivas, voltadas a essa nova realidade.

3 Metodologia

O trabalho se caracteriza como estudo descritivo (RICHARDSON, 1989), uma vez que se propõe a levantar e discutir características de autogestão encontradas em dois empreendimentos econômicos solidários relacionados a coleta seletiva do lixo na cidade de Maringá (PR). O fenômeno social aqui investigado é o processo de gestão dos empreendimentos econômicos solidários selecionados, caracterizado pela busca da autogestão como alternativa econômica e também social na promoção do desenvolvimento humano. A unidade de análise do estudo é composta por duas das cinco cooperativas de material reciclável da cidade de Maringá, a Cocarema e a CooperMaringá. As cooperativas selecionadas foram iniciadas através de iniciativa do Núcleo local da Unitrabalho em parceria com a Prefeitura Municipal e outras entidades, por ocasião da desocupação do lixão municipal no ano de 2001. A escolha dos casos deveu-se à similaridade dos processos de composição inicial das duas cooperativas.

A coleta de dados se deu em duas fases. Primeiramente, um dos autores aplicou questionário com perguntas fechadas a todos os cooperados que concordaram e puderam participar da pesquisa: 14 dos 19 integrantes da CooperMaringá e todos os 6 integrantes que compunham a Cocarema. Essa etapa foi realizada nos meses de junho e julho de 2006, e foram levantados os indicadores de autogestão presentes em cada uma dessas cooperativas, relacionando assim as principais diferenças quanto às características autogestionárias encontradas em cada uma delas. Para elaboração do questionário foi utilizado o modelo de indicadores de autogestão proposto pela Associação dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão – ANTEAG (2005), composto por escala de classificação e índices de indicadores existentes em empresas autogestionárias. O modelo é constituído de 38 indicadores, classificados em 6 eixos: participação dos trabalhadores; transparência administrativa e financeira; transparência na distribuição dos resultados; relações comunitárias; atividades sociais; e quadro social.

Na segunda etapa da pesquisa foi utilizada a técnica da história oral, através da entrevista de história oral gravada, com roteiro parcialmente estabelecido, e apresentação de fotografias conforme os momentos históricos de constituição de cada cooperativa. As entrevistas foram realizadas nos meses de agosto e setembro de 2006. Foram entrevistados todos os 6 integrantes da Cocarema, e 10 dos 19 integrantes da CooperMaringá, que foram selecionados conforme o tempo de permanência na cooperativa, sendo 8 deles integrantes desde a formação inicial e 2 que ingressaram ao longo do período. Também foram entrevistados 4 técnicos da Unitrabalho/UEM, que participaram da constituição inicial das cooperativas em estudo.

Para Vergara (2005, p. 121) “a história oral é uma metodologia de pesquisa que visa ao estudo e ao registro de acontecimentos, história de vida, trajetórias de organizações, enfim, temas históricos contemporâneos que permitem acessar pessoas que ainda estejam vivas”. Nas duas etapas da coleta de dados também foi utilizada a técnica de observação direta, que segundo Chizzotti (2000 p. 90) “é obtida por meio do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado, para recolher as ações dos atores em seu contexto natural, a partir de sua perspectiva e seus pontos de vista”. Observação visa a propiciar a compreensão do contexto social, político e cultural da cooperativa em análise, além de sua forma de gestão. Para análise utilizou-se análise qualitativa de conteúdo, que segundo Bardin (1977), consiste na classificação dos elementos da mensagem em elementos de significação constitutiva.

4 Contextualização e análise dos casos

O dois empreendimentos econômicos solidários selecionados para esse estudo foram a Cocarema – Cooperativa dos Coletores de Material Reciclável de Maringá, iniciada em 2002, e a CooperMaringá – Cooperativa de Seleção de Materiais Recicláveis e Prestação de Serviços, iniciada em 2001. Em virtude de atuação da Prefeitura da cidade de Maringá, por

parte do Instituto Ambiental do Paraná, no ano de 2001 começou a ser promovida a desocupação do 'lixão'. Em face do problema, o núcleo local Unitrabalho/UEM, propôs parceria à Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Maringá, a fim de convencer os catadores do lixão a se organizarem em cooperativas de economia solidária, e a fornecer o suporte necessário para que elas pudessem alcançar viabilidade econômica e social (GALUCH, 2005). Depois de estabelecida uma relação de proximidade com os trabalhadores do lixão, a Unitrabalho/UEM ofereceu o primeiro curso para propiciar a formação das cooperativas de recicláveis. Esse curso foi intitulado “Curso Preparatório e Introdutório sobre Cooperativismo e Associativismo de Trabalho”. Teve a participação de 60 dos mais de 90 trabalhadores do lixão e teve como principal objetivo preparar o grupo para o trabalho coletivo dentro de princípios cooperativistas. Em seguida a Unitrabalho/UEM, através da elaboração de projeto de extensão, promoveu acompanhamentos para auxiliar na constituição da cooperativa. Desse trabalho formou-se a primeira cooperativa de trabalho de seleção e reciclagem de lixo – a CooperMaringá (GALUCH, 2005).

De julho a agosto de 2002 a Unitrabalho/UEM realizou novo curso intitulado “Introdução ao Cooperativismo e Associativismo de Trabalho”, para alguns dos remanescentes do lixão que também se interessaram pela cooperativa de trabalho. O curso teve como objetivo, novamente promover uma preparação sobre os princípios cooperativistas e dar início ao trabalho cooperativo, levando posteriormente, à formação de uma nova cooperativa – a Cocarema, que também recebeu acompanhamento e assessoria da Unitrabalho/UEM (GALUCH, 2005).

Para a formação da primeira cooperativa, a prefeitura locou um barracão, que logo mudou para outro, de maneira a acolher também a segunda cooperativa. Esse barracão foi dividido em duas partes de forma a separar fisicamente as cooperativas, dentro do mesmo espaço. No princípio eram oferecidas cestas básicas e alimentos para a preparação do almoço para os trabalhadores, além de uma máquina prensadeira a fim de viabilizar a operacionalização das tarefas. Também eram oferecidos pela prefeitura caminhão e funcionários que faziam a coleta do material reciclável, levando-o até as cooperativas apenas para separação e venda. Enquanto isso a Unitrabalho/UEM oferecia novos cursos de formação cooperativa, autogestão, e de ferramentas administrativas como custos e controles financeiros, além de assessoria nestas áreas, realizadas ainda hoje através de visitas periódicas de técnicos e de alunos-estagiários que desenvolvem projetos de pesquisa e extensão nesses empreendimentos.

Dentro de pouco tempo a coleta passou a ser realizada pelos cooperados. Primeiramente se fazia trabalho de conscientização com a população através da distribuição de panfletos, doados pela prefeitura. Embora muitas eram as dificuldades, as cooperativas vinham ganhando melhorias de organização interna, e também maior participação no mercado em função do desenvolvimento de melhores técnicas de separação dos materiais, e também melhorias nas negociações destes. Chegaram a se organizar em uma cooperativa de segundo grau – a Coopercentral, para realizar a venda em conjunto, agregando valor (melhor qualidade na separação dos materiais), e também aumentando a quantidade de materiais vendidos, conseguindo evitar os compradores intermediários (atravessadores) resultando em melhores preços de venda e maiores resultados financeiros. A Coopercentral é formada pelas cooperativas Cocarema, CooperMaringá, e Coopernorte (cooperativa formada posteriormente, sob a mesma metodologia de incubação da Unitrabalho/UEM).

Em 2005 as Cooperativas enfrentaram dificuldades decorrentes da falta de apoio por parte da Prefeitura Municipal (desde então sob nova orientação político-partidária). Atualmente a prefeitura municipal contribui com o pagamento do aluguel do barracão onde está localizada a Cocarema (apesar das ameaças de encerrar o benefício), além do pagamentos das despesas com água e luz da CooperMaringá, e do desenvolvimento recente do projeto “reciclação”, onde fornece um caminhão com motorista, em dois dias da semana, para a CooperMaringá e

outras cooperativas de reciclagem na cidade (com exceção da Cocarema), para fazer a coleta de materiais recicláveis em regiões pré-estabelecidas da cidade. A CooperMaringá possui 19 integrantes e Cocarema apenas 6, pois a maioria deles não resistiu ao período de escassez de material e renda. Ambas já estão se recuperando desse período muito difícil, mas a Cocarema foi a mais prejudicada em função da não realização da coleta por um longo período. As duas cooperativas estão oficialmente legalizadas, mas encontram dificuldade nos registros contábeis obrigatórios e na organização para emissão de notas fiscais.

4.1. CooperMaringá

A CooperMaringá, foi a primeira cooperativa de trabalho de seleção e reciclagem de lixo formada em função da tentativa de desocupação do lixão municipal, no ano de 2001. Sua constituição é totalmente de ex-catadores do lixão que primeiro acreditaram no ideal cooperativismo. Dos 19 cooperados atuais, 16 integram o grupo desde o início, e apenas 03 ingressaram durante o último ano, apesar de que, já estavam inseridos no ideal cooperativo por virem de outra cooperativa do mesmo ramo de atuação (Cocarema). Eles são em 12 mulheres e 7 homens, e em relação à formação escolar, o grupo possui 3 integrantes com o segundo grau completo (ensino médio); 1 integrante com o primeiro grau completo (ensino fundamental); 5 que não são alfabetizados; e o outros integrantes cursaram até no máximo a 5ª série do ensino fundamental.

Foram os incentivos da prefeitura municipal como cesta básica, vale transporte, alimentos para que fizessem o almoço na própria cooperativa, pagamento de aluguel, água e luz do barracão, e o caminhão para coleta, que sustentou os que se mantiveram acreditando na idéia. No entanto, apesar de a maioria desses incentivos terem prazo determinado pela prefeitura de 6 meses, os cooperados acabaram se acostumando com os benefícios e se acomodando um pouco, gerando conflitos quando a prefeitura foi retirando-os gradualmente, permanecendo apenas o pagamento do aluguel, até o fim da gestão daquele governo municipal.

Uma característica bastante citada por vários entrevistados, é que essa cooperativa parece uma grande família, onde todos os papéis são representados. Desde o início ela possui mulheres na direção, que funciona um pouco como a “mãe”, intermediadora dos filhos, assim como existem os conflitos entre os “filhos” - os cooperados -, que precisam ser geridos. Essa característica de identificação familiar fez com que o grupo ficasse muito coeso, favorecendo a interação e cooperação entre seus membros, mas também formando um grupo muito fechado e de difícil abertura para pessoas de fora, para novos integrantes. Foi um grupo que começou grande e foi tendo o número de cooperados reduzido gradativamente.

4.1.2 Cocarema

A Cocarema foi a segunda cooperativa de material reciclável formada a partir da iniciativa de desocupação do lixão municipal, no ano de 2001. Ela foi composta a partir dos trabalhadores que não acreditaram no ideal cooperativo, no primeiro momento, mas que foram se convencendo com o tempo, ao observar o trabalho da primeira cooperativa e principalmente ao amadurecer melhor o novo conceito de organização. Dos participantes do curso resultou um grupo ainda pequeno de nove interessados no trabalho cooperativo de reciclagem. A intenção inicial da prefeitura era que esse grupo fosse absorvido pela primeira cooperativa – a CooperMaringá, mas como o grupo dessa cooperativa já se mostrava coeso e fechado, não consentiram com a entrada dos novos integrantes. A cooperativa também recebeu da prefeitura os mesmo benefícios concedidos à CooperMaringá, mas assim que começaram a se estruturar melhor, abriram mão das cestas básicas, dizendo que queriam trabalho e não assistencialismo (‘esmola’).

A Cocarema tem como característica a rapidez de iniciativas. Seu líder (o mesmo, desde o início), tem uma personalidade empreendedora e, portanto conduz o grupo na mesma direção,

aspecto pelo qual também surgem inúmeros conflitos por parte daqueles que não conseguem acompanhar o ritmo dinâmico do líder. Com 9 meses já haviam adquirido um veículo Kombi velho para aumentar a coleta, e no final do ano de 2004 os cooperados da Cocarema chegavam a ganhar de R\$600,00 a R\$800,00 por mês, e já pensavam em buscar benefícios sociais como seguro de vida e férias. No entanto com a mudança de partido político no poder público municipal, no ano de 2005, esta foi a cooperativa mais prejudicada, pela falta de caminhões para coleta. Como o grupo resolveu não ceder à pressão para mudança de endereço, ocorreram dificuldades, chegando a ficarem totalmente sem material para trabalho, por alguns meses. Aumentaram os conflitos e poucos foram os cooperados que suportaram tamanha dificuldade, ocorrendo muitas desistências. Com a chegada dos caminhões da Coopercentral, um foi destinado à coleta da Cocarema, fazendo com que o grupo fosse se reorganizando novamente. Quando retomaram a coleta, precisaram refazer todo trabalho inicial de conscientização da população quanto a dia e horário da coleta.

Hoje a cooperativa possui 6 membros, sendo 2 trabalhadores presentes desde a formação inicial da cooperativa e vindos do lixão; 2 trabalhadores que estão a mais de um ano; 1 trabalhador que já havia participado em outro momento, mas saiu e retornou este ano; e 1 novo integrante. São 5 homens e uma mulher, sendo que a formação escolar do grupo se apresenta da seguinte forma: 1 cooperado com segundo grau completo (ensino médio); e o restante do grupo possui até no máximo a sexta série do ensino fundamental.

4.2 Características autogestionárias

De acordo com o modelo adaptado, de indicadores de autogestão da Anteag (2005), as duas cooperativas apresentaram características autogestionária muito semelhantes, apesar de também aparecerem algumas diferenças. Esses indicadores foram agrupados em 6 grandes eixos, conforme o modelo proposto. Esses eixos são: participação dos cooperados; transparência; transparência na distribuição dos resultados; relações comunitárias; atividades sociais; e quadro social.

Em relação à participação dos trabalhadores (eixo 01), a Cocarema apresenta melhores resultados numéricos do que a CooperMaringá, embora ambas cooperativas apresentem bons indicadores. A falha maior se evidencia em relação a atuação do Conselho Fiscal, que se encontra desativado nas duas cooperativas. Em relação às assembleias, os cooperados de ambas as cooperativas se referem a reuniões extraordinárias, onde as decisões são colocadas em discussão e votação. A CooperMaringá demonstra ter realizado poucas assembleias como essas, enquanto a Cocarema acaba por realizá-las sempre que qualquer decisão precisa ser tomada. Mas é preciso observar o número reduzido de trabalhadores na Cocarema, que facilita as reuniões e debates quase que diários por parte do grupo.

Quanto à transparência (eixo 02), as duas cooperativas apresentam baixos indicadores, que se referem à ausência de planejamentos e, mais uma vez, da fiscalização que deveria ser exercida pelo Conselho Fiscal não atuante. Na CooperMaringá foram observados indicadores médios no quesito prestação de contas mensal, significando que em alguns meses tal prestação não foi elaborada. Na Cocarema ela é realizada com frequência. Por outro lado, a CooperMaringá divulga um pouco mais suas ações administrativas e da produção, enquanto a Cocarema não tem feito nenhuma divulgação nesse sentido.

No eixo 03, que se refere à transparência na distribuição dos resultados, as duas cooperativas apresentaram bons e iguais resultados, significando que não existem diferenças salariais dentro dos empreendimentos e que qualquer decisão a esse respeito é tomado em conjunto.

Nas relações comunitárias apresentadas no eixo 04, os resultados também foram idênticos nas duas cooperativas, apresentando bom nível de indicador apenas nas relações com os parceiros e apoiadores, uma vez que a Unitrabalho/UEM mantém vínculo constante com as

cooperativas, assessorando principalmente no que diz respeito à gestão contábil e administrativa, além da elaboração de projetos. Elas têm ainda boa relação com outros parceiros como a ADS/CUT, Projeto Petrobrás e Projeto Banco do Brasil (elaborado a partir da Unitrabalho/UEM), que vêm fornecendo apoio e recursos para aquisição de bens como máquinas e caminhões. Por outro lado, demonstraram pouco envolvimento com o poder público local, até porque este vem se mostrando omissivo com relação às cooperativas de reciclagem, e também com os outros empreendimentos econômicos solidários da cidade.

É nas atividades sociais (eixo 05), que as cooperativas apresentam maior diferença. A CooperMaringá tem uma característica mais 'festeira', e não abre mão de fazer sua festa de final de ano, envolvendo todos os seus cooperados e suas famílias. Já a Cocarema não valoriza muito essas reuniões festivas e não vem desenvolvendo ações nesse sentido.

No sexto e último eixo que se refere ao quadro social das cooperativas, ambas apresentam elevados indicadores por não terem empregados, nem terceiros trabalhando nos empreendimentos. Além disso, ela buscam a participação de todos os cooperados nas decisões sobre a integração de novos membros e sobre o afastamento de alguns dos que já são cooperados. Mas a grande diferença desse indicador está no envolvimento de mulheres nas cooperativas. A diferença numérica absoluta não é expressiva em função do número total de cooperados ser pequeno na Cocarema (1 mulher e 5 homens em toda esta cooperativa). Isso faz com que o percentual de mulher não seja tão baixo no grupo. Mas de fato a maioria é composta por homens. Já na CooperMaringá sempre houve predominância de pessoas do sexo feminino, sendo hoje 12 mulheres e 7 homens. Na diretoria isso também se reflete, pois elas significam 67% do quadro.

Assim as principais diferenças nas características autogestionárias estão em relação a participação dos cooperados, quanto à transparência, quanto as atividades sociais, e a constituição do quadro social.

4.3 Origem das principais diferenças entre os dois empreendimentos estudados

Como as duas cooperativas possuem histórias de formação parecidas, foram alguns aspectos peculiares dos indivíduos que as compõem, que acabaram por explicar a existência de características tão próprias a cada uma, que promove muitas diferenças. Nesse estudo nos limitaremos a descrever a origem das diferenças que se referem à autogestão dos empreendimentos. Os aspectos históricos foram levantados conforme análise dos relatos das entrevistas e foram assim relacionados porque durante a pesquisa foram mencionados o maior número de vezes nos relatos dos entrevistados, merecendo maior destaque. Dessa forma, puderam ser identificados principalmente dois fatores que levaram à formação dessas diferenças: características da liderança e a formação dos cooperados.

Quanto às características da liderança em cada uma das cooperativas, observamos que a CooperMaringá teve em sua história lideranças essencialmente femininas, que valorizavam mais os aspectos de relacionamento e bem estar do grupo, do que aspectos econômicos como produtividade e melhorias financeiras. Isso explica a imagem que o grupo tem de si mesmo como sendo uma grande família. A Cocarema, por sua vez, teve até hoje um único líder masculino, com características de personalidade forte e dinâmica, com características empreendedoras como inovação e capacidade de assumir riscos e que prioriza as melhorias financeiras em relação aos aspectos de relacionamento. Isso gerou inúmeros conflitos internos, uma vez que a maioria dos cooperados não consegue acompanhar sua visão de futuro e seu dinamismo.

Outro importante aspecto influenciador das características autogestionárias de cada cooperativa foi a formação de cada um dos cooperados, que se sentem mais ou menos apto a participar da gestão da cooperativa conforme suas oportunidades de formação, tanto escolar como em cursos técnicos. A CooperMaringá possui mais membros com melhor formação

escolar e por isso sentem-se mais preparados para participar ativamente na gestão cooperativa. Ela inclusive possui mais membros com maior interesse em buscar essa formação, aproveitando qualquer oportunidade como os cursos de alfabetização ou de informática oferecidos pela Unitrabalho/UEM. Já na Cocarema a formação escolar é realmente muito baixa, fazendo com que as decisões sejam atribuídas ao líder, que apesar de sempre consultar o grupo, acaba ficando com o peso maior nas decisões. E isso ocorre em função da maior formação em cursos de cooperativismo e autogestão, participação de fóruns e congressos do setor, que o líder frequentou, uma vez que sua formação escolar também é relativamente baixa (6ª série), mas é maior do que a maioria do grupo.

Conclusões.

Essa pesquisa não teve a pretensão de definir se os empreendimentos estudados são autogeridos ou não, nem tão pouco de esclarecer as polêmicas sobre autogestão. Nosso objetivo foi verificar a existência de diferentes características autogestionárias em dois empreendimentos e descrever a origem desses. Sabe-se que a efetivação da autogestão é questão tão polêmica quanto utópica, bastando então dizer que os empreendimentos estudados possuem sim várias características autogestionárias e, deste modo, trabalham sob a perspectiva da autogestão. Assim como as diferentes iniciativas da economia solidária, o processo autogestionário não possui um molde no qual possamos nos espelhar. É preciso construir a realidade local, diariamente, como têm feito as cooperativas estudadas, cada uma com seu perfil e sua identidade própria. Mas é importante destacar que a autogestão é uma questão de avanço individual e grupal, pois começa com cada um dos membros do grupo que precisa ganhar auto-estima e maturidade suficiente para então construí-la no grupo em que está inserido. E isso foi percebido em cada uma das cooperativas, apesar das muitas dificuldades particulares nelas encontradas.

Em relação à história de sua constituição, os dois empreendimentos possuem a mesma origem, no entanto a principal diferença está nos indivíduos que os constituíram, com suas diferentes histórias de vida e também diferentes personalidades. Apesar de algumas situações terem sido específicas a cada uma das cooperativas, não foi esse o motivo de tamanha diferença cultural, social e política de cada uma delas. Com certeza foram as diferenças de perfil da liderança e a formação de cada um dos cooperados, que fizeram com que as identidades dos grupos fossem se formando diferentemente.

No entanto um interessante e novo aspecto foi identificado nessa pesquisa: a questão do gênero. Apesar de muito se estudar questões sobre gênero em organizações capitalistas, o mesmo não vem acontecendo em relação aos empreendimentos econômicos solidários. Nesse trabalho apenas identificou-se a questão, mas como não foi o objeto de pesquisa, o tema não foi explorado, abrindo assim espaço para futuras pesquisas. Na questão da liderança também ficam abertos alguns questionamentos para novas pesquisas. Qual será o papel da liderança nos empreendimentos de economia solidários? Será o mesmo das organizações capitalistas? E como fica o papel do líder frente aos desafios da autogestão?

Nesta pesquisa ficou claro o papel dos empreendimentos econômicos solidários na geração de trabalho e renda. Apesar de atualmente não conseguirem resultados financeiros como em outros momentos do projeto, as cooperativas estão aprimorando suas técnicas de separação e se organizando para realizar as vendas em conjunto de maneira a conseguir melhores resultados econômicos. Isso vem resultando em oportunidades reais no combate ao desemprego e na construção de novas formas de organizações, já que o mercado se mostra insuficiente nessa tarefa. Portanto os empreendimentos econômicos solidários têm se mostrado como importante meio de promoção do real desenvolvimento local.

Também é importante destacar o papel desses empreendimentos no resgate da dignidade humana, uma vez que antes essas pessoas eram confundidas com o lixo, e ficavam expostas a

condições sub-humanas de trabalho, além de ficarem expostas a inúmeras doenças. Após serem inseridas nesse novo contexto de trabalho, passaram a ser vistas como seres humanos de verdade, com condições de trabalho mais dignas e também com novas formas de relações sociais. E ainda, em função da preparação para a autogestão, essas pessoas melhoraram sua auto-estima e adquiriram nova postura, formando um ser humano mais integral, desenvolvido em seus aspectos humano, social, cultural, e político.

Finalmente, ainda está faltando o real reconhecimento desses trabalhadores pelo poder público, e também pela sociedade como um todo. Afinal o lixo é um problema para o município e para a sociedade. É um problema ambiental e também fiscal. Nesse sentido, é necessária a valorização o trabalhador que faz a coleta e a separação do material para a reciclagem, cumprindo atualmente importante função ambiental-urbana. É necessário pensar-se em formas de recompensar tais trabalhadores por seu importante papel na limpeza da cidade e na preservação da natureza. Nesse sentido vale até perguntar: Quanto a prefeitura teria que gastar para fazer esse serviço de utilidade pública? Por que não investir isso na organização desses trabalhadores, que além de tudo ainda estão buscando condições dignas de trabalho e renda, e de alguma forma contribuindo para o desenvolvimento local?

Referências:

- ANTEAG. **Autogestão e economia solidária**: uma nova metodologia. São Paulo: Altamira Editoria, 2005.
- ALBUQUERQUE, P. Autogestão. In: CATTANI, A.D. (Org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, p. 21-26, 2003.
- ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL 2005. Brasília: MTE / SENAES, 2006.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.
- BERNARDO-ROCHA, E. O cooperativismo agrícola. In: _____. **O cooperativismo agrícola em transição – dilemas e perspectivas**. 1999. 226 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, p. 3-25, 1999.
- CHIZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- CORAGGIO, J. L. Caractéristique du développement local. **Revista de Ciriéc-Canadá**: Presse de l'Université du Québec, v.33, n.2, 2002.
- DUPAS, G. **Economia global e exclusão social**: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- FRANÇA FILHO, G. C. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise de Dados**. Salvador: SEI, v.12 n.1 p. 9-19, jun. 2002.
- _____. A temática da economia solidária e suas implicações originais para o campo dos estudos organizacionais. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: FGV, v.37 n.1: p. 11-31, jan/fev. 2003.
- _____. A problemática da economia solidária: um novo modelo de gestão? **Cadernos EBAPE.BR**. Rio de Janeiro: FGV, v. II n.1, mar. 2004.
- _____. A economia popular e solidária no Brasil. In.:FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. L.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J. P. **Ação pública e economia solidária**: uma perspectiva internacional. Salvador: EDUFBA, p. 57 – 71, 2006.
- GAIGER, L. I. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, A.D. (Org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, p.135-143, 2003a.
- _____. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In.: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, p. 267-286, 2003b.
- GALUCH, M. V. **Cooperativas de materiais recicláveis – uma experiência de inclusão social por meio da Unitrabalho**. 2005. 95 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em

- Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2005.
- HECKERT, S. M. R.; FERREIRA, M. S. G.; ASSIS, M. A. L.; CRESPO, C. F.; OLIVEIRA JUNIOR, L. B.; DETONI, E. P. DE T. Cooperativas populares: estudo de caso. In: HECKERT, S. M. (Org.). **Cooperativismo popular: reflexões e perspectivas**. Juiz de Fora: UFJF, p. 129-176, 2003.
- HOLZMANN, L. Gestão cooperativa: limites e obstáculos à participação democrática. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, p. 49-62, 2003.
- JESUS, P. de.; TIRIBA, L. Cooperação. In: CATTANI, A.D. (Org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, p. 49-54; 2003..
- MOTTA, F.P. **Burocracia e autogestão**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MOTCHANE, Jean-Loup. **Economia social e economia solidária: álbi ou alternativa ao neoliberalismo?** < www.ecosol.org.br/textos/motchane.doc > acessado em 26/06/2003.
- PEREIRA, L.B. 1980/81: A revolução autogestionária na Polônia. In: VENOSA, R. **Participação e participações**. São Paulo: Babel Cultural, p. 93-119, 1987.
- POLANYI, K. **A grande transformação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SANTOS, B. de S. Um mapa de alternativas de produção. In.: SANTOS, B. S. (Org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SANTOS, B. de S.; RODRIGUEZ, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In.: SANTOS, B. S. (Org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SCHMIDT, D.; PERIUS, V. Cooperativismo e cooperativa. In: CATTANI, A.D. (Org). **A outra economia**. 1.ed. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 63 -71.
- SILVEIRA, R. J. O significado da participação no poder local. **Cultura Vozes**, Petrópolis: Vozes, n.5, p. 77-93, out. 2000.
- SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- _____. Economia solidária. In.: CATTANI, A.D. (Org). **A outra economia**. 1.ed. Porto Alegre: Veraz, p. 116-125, 2003a.
- _____. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In.: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, p. 11-30, 2003b.
- SOUZA, A. R. Um instantâneo da economia solidária no Brasil. In.: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, p. 7- 10, 2003.
- TRAGTENBERG, M. Uma prática de participação: as coletivizações na Espanha. In.: VENOSA, R. **Participação e participações: ensaios sobre autogestão**. São Paulo: Babel Cultural, p.21-59, 1987.
- VENOSA, R. A evolução da participação nas organizações autogeridas Iugoslavas. In.: VENOSA, R. (Org) **Participação e participações: ensaios sobre autogestão**. São Paulo: Babel Cultural, p. 121-139, 1987.
- VERARDO, L. Economia solidária e autogestão. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro: FASE, n. 98, p. 56-61, set./nov. 2003.
- VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.
- VIEIRA, M. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração. In: VIEIRA, M.; ZOUAIN, D. **Pesquisa qualitativa em administração**. Rio de Janeiro: FGV, p. 13-28, 2004.